

Yid.
fm

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho



CÂMARA MUNICIPAL
DE BEJA



Resialentejo
Tratamento e Valorização de Resíduos, E.L.M.

PLANO DE PORMENOR DO MONTINHO

2.º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO

OUTUBRO 2024

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

1. INTRODUÇÃO / CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O presente relatório de monitorização e controlo insere-se no procedimento de avaliação ambiental estratégica (AAE) do Plano de Pormenor do Parque Ambiental do Montinho, na sequência do cumprimento ao estabelecido no artigo 11º, do Decreto Lei nº 232/2007 de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 58/2011 de 4 de maio.

Assim, é assumido, segundo esse artigo, que “As entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

Ao não estar definido, na legislação em vigor, o conteúdo dos relatórios de avaliação e controlo, foram tidas em conta as orientações da NT: AAE2/2020 emitidas pela APA, sobre “A fase de Avaliação e controlo em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas”.

O PP do Parque Ambiental do Montinho foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Beja, em 23 de novembro de 2017, publicado no Diário da República da 2ª série, nº 216, de 12 de fevereiro, pelo aviso nº 1947/2018.

Dado que o PP foi qualificado como sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica, da qual resultou a Declaração Ambiental, há que atender ao imperativo legal de estabelecer um processo que passe a ter um tratamento anual sistemático e regular de informação que reflita o estado de execução do plano.

O primeiro relatório, datado de dezembro de 2021, regularizou a ausência de informação de acompanhamento de execução no intervalo temporal entre 2018 e 2021; deste modo, o presente documento reporta-se aos anos de 2022 e 2023, destacando-se que durante este período foi implementado um processo de planeamento pela entidade gestora, a RESIALENTEJO, associado à alteração do PP em vigor.

Esta circunstância influenciou, em parte, o conteúdo de acompanhamento, tornando o referencial de análise ao nível da elaboração do presente relatório mais alargado que o âmbito identificado no objeto de avaliação definido na declaração ambiental e que serviu de referência para a organização do conteúdo exposto no 1.º relatório.

As razões então evocadas, que justificaram esta opção de acompanhamento, estão expostas na informação interna classificada com o registo n.º 14853, datada de 27/12/2023, endereçada ao Chefe de Divisão, que apresenta uma proposta de adiamento da elaboração do relatório que foi aprovada superiormente.

Entre as justificações apresentadas, destaca-se o facto de nos anos de 2022 e 2023 ter ocorrido, como foi referido anteriormente, uma alteração ao plano, motivada pela necessidade de proceder ao reordenamento das áreas de afetação à função de deposição de resíduos, por via da desanexação de áreas reservadas à instalação de unidades económicas associadas às indústrias do ambiente.

A fundamentação da pretensão de alteração baseou-se na circunstância de, alegadamente, ser oportuno dar resposta a duas questões centrais que, entretanto, surgiram, devido, por um lado, à ausência de procura por parte de operadores económicos interessados em desenvolver atividades nos lotes programados para o incremento de atividades industriais ligadas às temáticas do ambiente, e, por outro, às necessidades de espaço registadas ao nível

Y.A.
FM

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

do Parque Ambiental, cuja solução passa, em princípio, pela ampliação das áreas de deposição de resíduos comuns.

A alteração do plano, ainda em curso no ano de 2023, mantém os objetivos estratégicos da versão inicial e as respetivas linhas orientadoras, salvaguardando o equilíbrio ecológico, a adequação das infraestruturas existentes e a programação de novas redes que se revelem compatíveis com as necessidades previstas e com a aplicação plena dos fundamentos dessa alteração, face ao objetivo de otimização da versatilidade de áreas, no âmbito da distribuição (afetação) de lotes. Este objetivo visa, segundo o que se subentende nos propósitos da RESIALENTEJO, ter em linha de conta os contextos tendenciais prognosticados, que afirmam maior exigências de diversificação e de competitividade determinadas pelas dinâmicas da procura externa, por parte de operadores.

Nesse sentido, esta alteração apenas se orientou para a reafecção do uso de determinados lotes, atualmente destinados à instalação de novas indústrias do ambiente, para a instalação de aterros e infraestruturas associadas, não alterando a área de intervenção. Deste modo, foi necessário equacionar a alteração de parte do traçado do canal projetado de drenagem de águas superficiais.

Em 18 de agosto de 2021 a Câmara Municipal deliberou que a elaboração da alteração do plano seria dispensada de Avaliação Ambiental Estratégica, uma vez que de acordo com a fundamentação apresentada, foi considerado que a “[...] alteração em questão não era suscetível de ocasionar efeitos significativos no ambiente, pois a alteração de usos não ocasiona efeitos mais acentuados, ou distintos e diversos, do que aqueles que foram anteriormente objeto de AAE, no âmbito da elaboração do PPPAM1 [...]”

O processo de alteração arrastou-se mais do que inicialmente estava previsto e programado, situação que dificultou a avaliação e controlo, nas vertentes de recolha de informação de acompanhamento e do referencial técnico de enquadramento determinado pela alteração, principalmente ao nível da avaliação do quadro de necessidades, na perspetiva de ocupação de novos espaços e das soluções que a equipa técnica de planeamento tinha perspetivado no âmbito da proposta de reordenamento.

Nos finais de 2023, o processo encontrava-se praticamente em condições de ser submetido à aprovação pela Assembleia Municipal, depois de atualizados descritivos e áreas prediais nos registos da conservatória. Estas questões colocaram-se, em termos de acompanhamento, apesar de o procedimento de alteração ter sido dispensado da Avaliação Ambiental Estratégica.

Naturalmente que a situação descrita elucida, de maneira clara, a necessidade de, ao nível do conteúdo de acompanhamento, serem incluídas novas variáveis de informação sobre as questões dos arranjos de ordenamento previstos na alteração e respetivos reflexos ao nível do referencial de controle de execução, incluindo aspetos relacionados com a temporalidade de utilização dos espaços a afetar. Com base neste conjunto de pressupostos, foi aprofundado o quadro de acompanhamento, a partir da sistematização da informação a considerar no âmbito do relatório.

A circunstância descrita levou a que fosse solicitado à RESIALENTEJO um conjunto de informações complementares, que servisse de enquadramento para abordar os conteúdos que justificaram tecnicamente as opções consagradas na alteração.

¹ Plano de Pormenor do Parque Ambiental do Montinho

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Este referencial está, em parte, já previsto nos quadros da alínea B (Indicadores de monitorização e controlo), do ponto 4 – “Referências de acompanhamento da execução das ações e medidas previstas”.

2. METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento de monitorização e controlo corresponde a um processo cujos relatórios encerram procedimentos de elevada relevância, em termos de registo, sobre a execução do plano. Por esta razão a coerência no guião metodológico de acompanhamento, principalmente ao nível do conteúdo das variáveis de informação, deverá constituir uma determinação essencial a assegurar. Para garantir esta condição há uma linha condutora de natureza metodológica, em relação ao conteúdo dos relatórios, dada, não só pelo referencial de partida para a sua elaboração e apresentação, que se reporta às variáveis de informação e indicadores definidos na AAE, mas também por novas referências que emergem na sequência da avaliação de execução do plano, em resultado da dinâmica subjacente à evolução da realidade de implementação. Deste modo, o corpo central da metodologia mantém-se, como núcleo veicular numa relação de continuidade entre relatórios, a que se junta a incorporação de novos elementos, de natureza complementar, como forma de assegurar maior consistência ao sistema de acompanhamento adotado e maior rigor na “retratação” da realidade.

Assim, o presente relatório segue um vetor condutor de continuidade que assenta em três âmbitos de registo do processo de acompanhamento, nomeadamente:

- Identificação dos conteúdos de informação baseados nas definições constantes no enquadramento estratégico e operacional do plano e nas variáveis de informação explicitadas na Avaliação Ambiental Estratégica do plano;
- Recolha e processamento da informação de referência, por via do apuramento de dados oriundos de diversas fontes;
- Consulta de informação a partir de imagens aéreas georreferenciadas disponíveis na internet ou em outros referenciais informativos.

Os conteúdos de informação relativamente a este domínio informacional, mantêm-se no essencial, tendo sido descritos em função dos fatores críticos de decisão e estão detalhados no enquadramento metodológico apresentado no primeiro relatório. A partir destes conteúdos de base, que refletem a vertente factual sobre a execução, conjugados com novos dados, que foram identificados no âmbito do trabalho que antecedeu a elaboração do presente relatório, sobretudo na sequência do processo de alteração do plano, é possível prosseguir com um diagnóstico interpretativo, com vista a uma avaliação e a uma apreciação global do estado de implementação do plano.

Deste modo, para além da informação veiculada por dados apurados a partir de matrizes de recolha utilizadas no relatório anterior, foram esboçadas novas variáveis reunidas nos quadros que se apresentam no ponto 4.

3. OBJETIVOS DO PLANO E MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS

Não se registaram alterações nos objetivos gerais, nem nas linhas orientadoras do plano, pelo que se mantêm as medidas de controlo previstas e referenciadas no relatório anterior.

T.A.
br

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Neste sentido, remete-se esta informação para o que a este respeito está referido no relatório precedente; no entanto, considera-se relevante reafirmar, pelo menos, dois dos objetivos gerais deste plano:

- Dotar o distrito de Beja de uma área industrial diferenciada de natureza ambiental;
- Dotar os municípios que integram a RA de um sistema eficiente e diversificado de gestão de indústrias do ambiente.

Para avaliação dos impactes da aplicação do plano e verificação da adoção das medidas constantes na declaração ambiental, foram utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no Relatório Ambiental e que, conforme já foi referido, se articulam com os conteúdos constantes no relatório anterior.

4. REFERÊNCIAS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES E MEDIDAS PREVISTAS

i - Referências gerais de enquadramento

Como considerações gerais em relação à implementação do plano, destacam-se as seguintes notas de enquadramento:

- Prazo de concretização do plano estimado em 15 anos;
- Execução em duas fases, das quais a primeira está dividida em três subfases, respetivamente 1 a, 1 b e 1 c, e a segunda em duas subfases, 2 a e 2 b;
- Faseamento considerado apenas como indicativo, cabendo à RA determinar a evolução do plano, de acordo com a procura que vier a concretizar-se em cada momento, o que se materializou na alteração em curso.

Os conteúdos de acompanhamento são apresentados, no presente relatório, em função dos critérios e objetivos de sustentabilidade (parte A) e dos indicadores de monitorização e controlo (parte B), tendo como referência de base os Fatores Críticos de Decisão (FCD), com o enquadramento identificado no relatório precedente, bem como os elementos informativos constantes nos quadros alusivos ao apuramento do estado geral de implementação do plano, respetivamente com as identificações Q1, Q2 e Q3.

O apuramento em questão baseia-se nos dados constantes no quadro geral de execução, face às capacidades sinalizadas de deposição de resíduos ou instalação de atividades, na perspetiva de reportar:

- As considerações gerais sobre a situação de ocupação do espaço (Q1) e o estado de concretização dos critérios e objetivos relativos à sustentabilidade (Q2).
- A caracterização de ordenamento e ocupação funcional, com o consequente apuramento da capacidade de reserva e respetiva temporalidade ocupacional (Q3).

ii – Notas breves sobre a evolução geral de ocupação com impacte ao nível da execução do plano

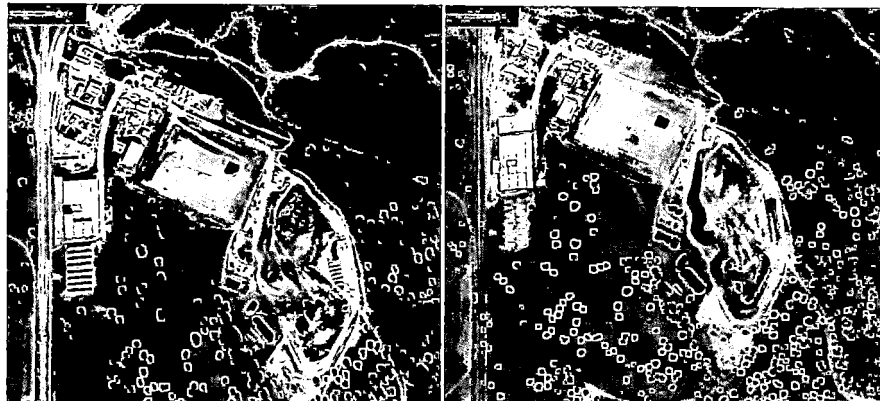
Na figura 1. constam dois registos de imagens que ilustram a situação de ocupação do espaço de intervenção do plano, em dois momentos temporais, como meio para apurar o estado de execução sobre o qual incide o presente relatório.

Dos sete locais identificados, seis estão descritos no ponto “iii – Análise de pormenor sobre as alterações com impacte ao nível da execução do plano”, o restante está identificado com o n.º 5, tendo sido abordado no âmbito do “FCD: Equilíbrio Ambiental, energia e riscos”,

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

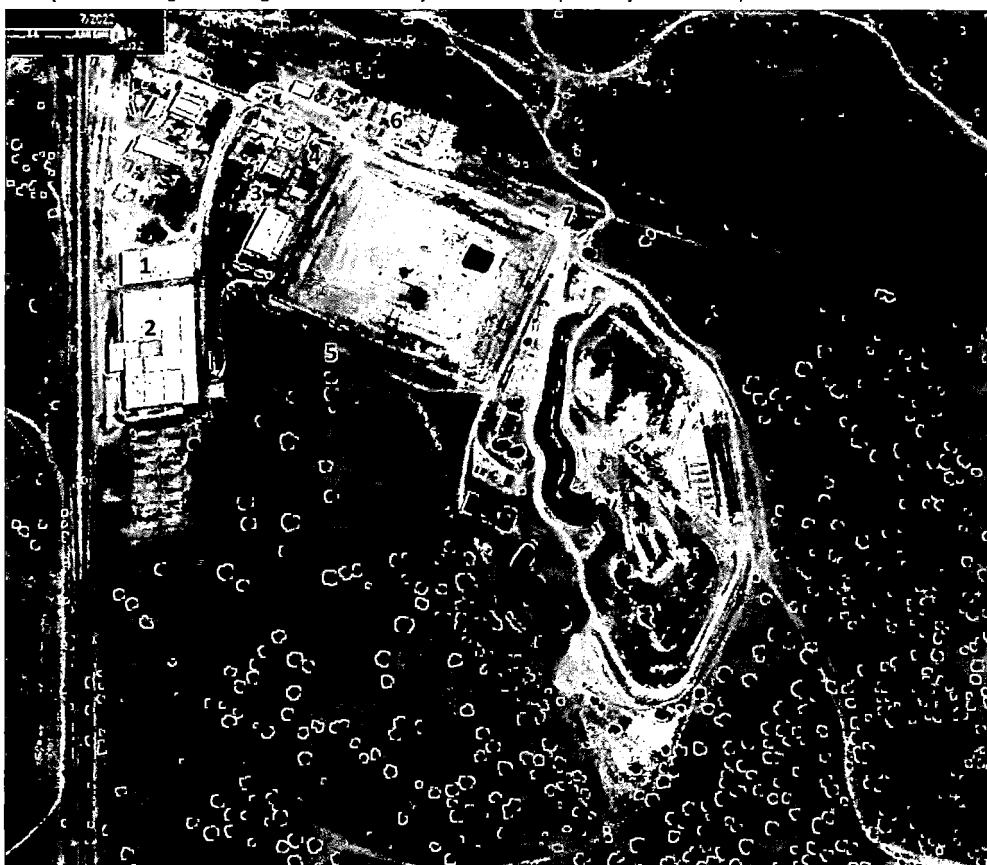
referente à estrutura ecológica do Parque, devido à localização e à sensibilidade da área onde se insere.

Fig.1 – Perspetiva geral das áreas ocupadas (extratos de imagens do Google Earth referentes a outubro de 2021 e julho de 2023 – representações sem escala)



Em função da análise das imagens, foram identificadas as alterações ocorridas no período compreendido entre outubro de 2021 e julho de 2023, tendo sido sinalizadas, na última imagem considerada e que seguidamente se apresenta como referência de pormenor, com uma numeração de ordem, meramente indicativa, correspondente às localizações onde tiveram lugar situações de desconformidade, constatadas a partir da análise dos dois registos.

Fig.2 – Localização das situações de desconformidade constatadas a partir da análise de imagens.
(extrato de imagem do Google Earth referente a julho de 2023 – representação sem escala)



TAA.
MD

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

iii – Análise de pormenor sobre as alterações com impacte ao nível da execução do plano

iii₁ – Registo e apreciação das situações identificadas com os números 1 e 2

Na figura 2a, que seguidamente se apresenta, são expostas duas imagens pormenorizadas onde são destacadas as situações 1 e 2.

Fig.2a – Destaque referente às situações identificadas com os números de ordem 1 e 2. (extrato de imagem do Google Earth referente a julho de 2023 – representação sem escala)



Da observação, é possível apurar que na área 1 foi implantado um pavilhão, constituído por quatro módulos destinados à reciclagem, como é confirmado pela imagem apresentada na figura 2b. A entidade promotora procederá a curto prazo, segundo informação recolhida, à formalização do processo construtivo desencadeado no âmbito da instalação da área 1.

Fig.2b – Imagem alusiva ao pavilhão instalado no período em análise (Google Earth - março de 2024)



A atividade instalada no pavilhão referido insere-se na perspetiva de reforço da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, à semelhança com a função instalada na edificação situada a sul (com a identificação de 2), onde ocorreu, no mesmo período, uma ampliação da construção existente, destinada à instalação de máquinas e equipamentos relacionados com a função principal, como comprova a imagem da figura 2c.

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Fig.2c – Imagem alusiva à ampliação que ocorreu no período em análise (Google Earth - março de 2024)



iii) – Registo e apreciação das situações identificadas com os números 3 e 4

Na localização n.º 3 teve lugar uma pequena remodelação da área exterior com a consolidação de telhas para triagem de resíduos e consequente armazenagem temporária num recinto que já se encontrava impermeabilizado, esta intervenção estava equacionada no lote AP07.

Fig.2d – Imagem alusiva à remodelação de área exterior com a consolidação de telhas (Google Earth - março de 2024)



A localização n.º 4 corresponde a uma área descoberta, que foi impermeabilizada para instalação de contentores destinados à deposição temporária de resíduos seleccionados para posterior escoamento, esta obra estava prevista no lote AP06.

Fig.2e – Imagem sobre a impermeabilização de uma área para instalação de contentores (Google Earth - março de 2024)



2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

iii₃ – Registo e apreciação da situação identificada com o número 6

A intervenção identificada na localização n.º 6 corresponde à pavimentação das vias de acesso às boxes do canil/gatil e ao arranjo de um recinto de apoio à estadia de animais, estas obras estavam previstas ser implementadas no lote AP02.

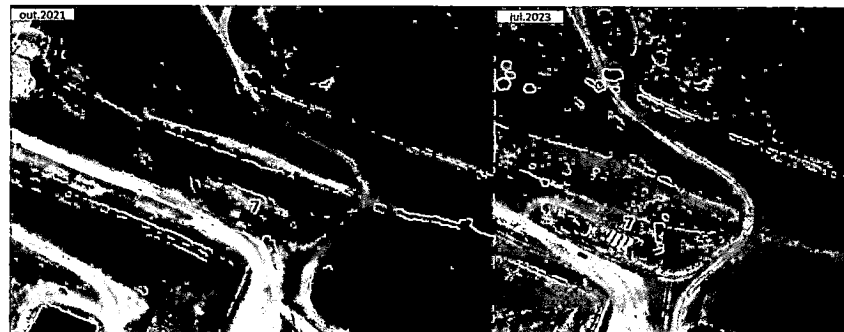
Fig.2f – Imagem sobre a Pavimentação exterior e arranjo do recinto de apoio (Google Earth - março de 2024)



iii₄ – Registo e apreciação da situação identificada com o número 7

Esta área corresponde ao local de instalação do queimador de biogás e de armazenamento temporário de alguns materiais, esta ocupação, aparentemente não projetada neste local, evidencia um caráter precário, mas prefigurável como um uso de longo prazo. Dada a proximidade de uma zona de escorrências, merecia uma intervenção mais cuidada.

Fig.2g – Imagem sobre Local de instalação do queimador de biogás. (Google Earth - março de 2024)



A – Critérios e objetivos de sustentabilidade

FCD: **Equilíbrio Ambiental, energia e riscos**

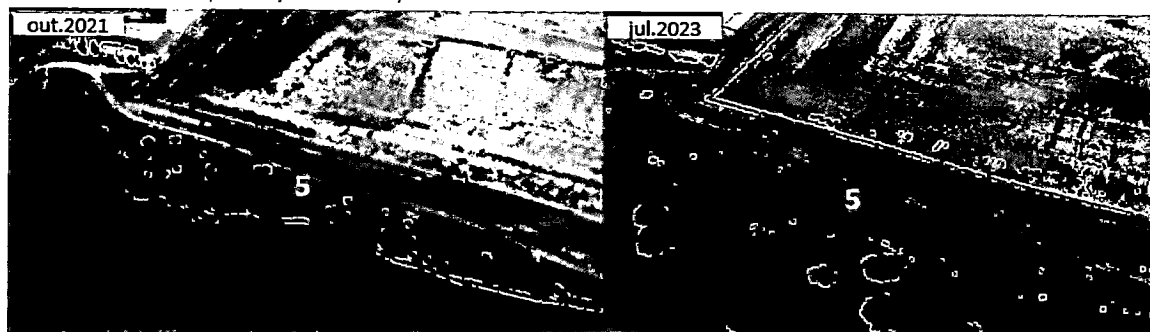
Estrutura Ecológica

Garantir a proteção dos ecossistemas e das espécies

Em relação à proteção da linha de água e à manutenção de ativos arbóreos, registou-se uma evolução negativa, como é constatável na representação da figura 3, correspondente à situação n.º 5, dado que no período aproximado de dois anos foi abatido um número significativo de árvores.

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Fig.3 – Eliminação de ativos arbóreos e “desnaturalização” de linha de água (extratos de imagens do Google Earth – representações sem escala)



Assegurar a existência de áreas permeáveis associadas às estruturas ecológicas mais determinantes, nomeadamente às linhas de água

Na construção das infraestruturas do Parque está previsto garantir a existência de áreas permeáveis de forma a assegurar a proteção das estruturas ecológicas existentes e programadas.

As áreas de impermeabilização, no período em análise, não foram alteradas de forma significativa, para se afigurar necessário que a respetiva avaliação, em termos de impactes ao nível da estrutura ecológica, fosse considerada

Optar por espécies autóctones, menos exigentes ao nível da manutenção

Em relação ao relatório precedente, é importante afirmar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Contribuir para minimizar e prevenir os processos de erosão

Em relação ao relatório precedente, é importante afirmar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Atmosfera e ruído

Salvaguardar a qualidade do ar, controlando as emissões gasosas industriais e de viaturas

Em relação ao relatório precedente e face aos dados disponíveis, é possível informar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Gerir os níveis de ruído

Em relação ao relatório precedente e face aos dados disponíveis, é possível informar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Eficiência energética

Promover o uso racional e sustentável da energia

Em relação ao relatório e face aos dados disponíveis, é possível informar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Riscos e proteção civil

Salvaguardar a segurança das pessoas e bens, garantindo as condições de resposta da proteção civil

Tudo.
M

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Em relação ao relatório precedente e face aos dados disponíveis, é possível informar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Prevenir a ocorrência de incêndios florestais

O controle e vigilância dos espaços propensos a incêndios florestais têm sido assegurados, segundo informações disponíveis.

Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e área ardida

Sobre este ponto de acompanhamento não se têm registado ocorrências.

Diminuir o número de ocorrência de incêndios/acidentes industriais

Segundo observação, os meios de combate a incêndio mantêm-se adequados, pois em relação ao relatório anterior não se registaram áreas de incidência.

Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias e inundações

Não se têm registado ocorrências até à data de cheias e inundações, a própria orografia do terreno de implantação do parque favorece o escoamento hídrico, a menos que se registre uma intervenção que constitua um obstáculo que provoque o efeito de "barramento", situação não constatável com base na informação disponível.

Diminuir os efeitos resultantes de acidentes com matérias perigosas

De acordo com informação veiculada, encontram-se implementadas as medidas adequadas de forma a evitar os acidentes com matérias perigosas.

Minimizar os riscos de acidente industrial, incêndio industrial ou florestal, cheia ou inundação e acidente com transporte de matérias perigosas

No período em análise e segundo informação a que se acedeu, foram garantidas as condições associadas aos seguintes domínios de prevenção:

- limpeza/desbastação do material combustível e dos caminhos de evacuação;
- armazenamento de produtos químicos;
- dotação de bacias de retenção;
- disponibilização de material absorvente;
- proibição de fumar e fumar próximo do posto de combustível.

FCD: Ordenamento do território

Classificação e qualificação do solo

Definir para a área de intervenção usos de solo que se enquadrem na estratégia municipal e regional

Em relação ao relatório anterior, esta área de análise não foi aprofundada dado que decorreu no período de incidência a operação de alteração do PP com implicações ao nível do reordenamento de usos em determinados espaços.

Organização funcional

Otimizar a organização do espaço, tornando mais eficiente a gestão do Parque

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

A alteração do PP em curso também se destina a aprofundar as condições de reordenamento de funções para melhorar o aproveitamento das oportunidades que se colocam no âmbito das indústrias do ambiente, no sentido de assegurar a otimização e organização do espaço. Deste modo, esta questão deverá ser equacionada no próximo relatório, estabelecendo as relações entre o enquadramento inicial do PP, os resultados programados e alcançados e as perspetivas de desenvolvimento funcional e organizacional emanadas da alteração ao plano e respetivos impactes futuros.

Espaço público e rede de circulação pedonal

Criar espaços públicos qualificados

Segundo a análise da informação disponível, não se registaram alterações significativas neste vetor de análise.

Promover os modos suaves para circulação interna do Parque Ambiental

Ao nível da circulação interna do Parque não se registaram alterações significativas em relação à situação descrita no relatório anterior.

Garantir a acessibilidade para cidadãos com mobilidade reduzida

Em relação a este domínio de análise não se registaram alterações significativas referentes à situação descrita no relatório anterior.

Rede viária, estacionamento e acessibilidade

Dotar os circuitos viários de estrutura adequada às solicitações

De acordo com a informação disponível, os circuitos viários mantiveram-se, podendo significar que respondem às exigências funcionais dos diversos espaços, com qualidade de piso e áreas de mobilidade adequadas.

O estacionamento é genericamente de qualidade, correspondendo a nível central, na maior parte, a áreas com ensombramento, a partir de coberturas que dispõem de aproveitamento fotovoltaico.

No período em análise, importa destacar a obra de infraestruturização que ocorreu no espaço afetado ao canil/gatil, sinalizada no registo da figura 2f constante no presente relatório.

Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro

Ao nível desta área de análise não se registaram alterações significativas em relação à situação descrita no relatório anterior.

Criar espaço para estacionamento dos veículos das empresas do Parque Ambiental, trabalhadores e visitantes

Em relação ao relatório precedente e face aos dados disponíveis, é possível informar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Promover o uso de transporte coletivo

A situação mantém-se, pois não existem transportes coletivos a servir o Parque Ambiental.

9.00.
m

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Linguagem construtiva

Promover a coerência visual do conjunto edificado do Parque Ambiental

Neste domínio há que considerar três componentes com impacto visual e paisagístico associadas, respetivamente às estruturas edificativas, às tipologias de ocupação e aos espaços de enquadramento.

Relativamente às estruturas edificativas, há que realçar as instalações dos serviços centrais e as áreas operacionais assentes em espaços cobertos.

Sobre as instalações dos serviços centrais, prevalece uma coerência na imagem geral da edificação utilizada no Parque, refletindo as formas, volumetria e cores tradicionais da zona.

Em relação às áreas operacionais assentes em espaços cobertos, o padrão construtivo seguido é de tipo pavilhão, sem características de imagem específicas, com volumetrias acentuadas, cujas medidas de minimização de impacto visual, no essencial, encontram-se por implementar, nomeadamente a implementação de cortinas arbustivas e arbóreas de proteção a instalar na envolvente aos pavilhões e vias de acesso.

Neste âmbito, afigura-se particularmente relevante o arranjo paisagístico de um corredor nas imediações do eixo do IP2, como um espaço de enquadramento a privilegiar.

Em relação à ocupação em aterros, afigura-se importante o empenho na criação de proteções de enquadramento, orientadas para o disfarce, através da cobertura de volumes na linha de horizonte, para estabelecer relações harmoniosas com os traços marcantes da paisagem de fundo.

Neste âmbito, a cobertura das áreas ocupadas desempenha um papel fundamental, bem como as formações arbóreas e arbustivas, estruturadas em cercadura, dado assumirem um papel de relevo na construção de imagens "naturalizadas". Este tipo de intervenções está por fazer, quer em termos de projeto, quer ao nível da execução de obra.

Recorrer a materiais, técnicas construtivas e arquitetura da região

Os materiais utilizados nas instalações dos serviços centrais respondem às soluções arquitetónicas implementadas e às funcionalidades prevaletentes nas respetivas edificações, refletindo um traço de imagem característico da região, em termos de formas, texturas e cores predominantes.

Infraestruturas básicas e tratamento de águas residuais

Instalar infraestruturas que constituam suporte adequado às atividades económicas do Parque Ambiental

Das referências recolhidas, no período em análise não foram feitas intervenções nestas componentes, apesar de estarem previstas no programa de execução do PP.

Deste modo, esta questão deverá ser equacionada no próximo relatório, estabelecendo as relações entre o enquadramento inicial do PP, os resultados programados e alcançados e as perspetivas de desenvolvimento infraestrutural, emanadas da alteração ao plano e respetivos impactos futuros.

Instalar infraestruturas eficientes

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Não se aplica no período em análise, tendo em conta a referência constante no ponto anterior.

Garantir a disponibilidade de água para abastecimento dos veículos de socorro no combate a incêndios

Ao nível desta área de análise não se registaram alterações significativas em relação à situação descrita no relatório anterior.

Garantir o tratamento adequado e eficiente das águas residuais

Em relação ao relatório precedente e face aos dados disponíveis, é possível informar que, no essencial, não se registaram alterações significativas neste domínio de análise.

Paisagem - componente cénica

Contribuir para uma imagem mais coerente e atrativa

Em termos fundamentais, em relação aos referenciais de visão, há que distinguir dois planos de observação, um que corresponde a horizontes abrangentes e profundos, baseados em perceções amplas e de vistas vastas e penetrantes, o outro, reportado a quadros de observação mais restritos e contidos, focalizados numa relação espacial de proximidade, circunscrito fundamentalmente ao recinto do Parque.

O primeiro plano de observação induz impactes gerais ao nível dos avistamentos de aproximação, estruturados a partir de referenciais associados à mobilidade nos eixos de acessibilidade rodoviária, em direções conjugadas com a localização do parque, destacando-se o corredor do IP 2.

A este nível, a proposta de melhoria de imagem baseia-se na concretização de arranjos paisagísticos, numa abordagem de constituição de faixas, estruturadas a partir da implantação de filas compactas de vegetação arbórea e arbustiva de elevado porte, para constituição do efeito de cortina contínua, a ladear as áreas envolventes das vias, com o propósito de obter a função de camuflagem dos objetos situados à distância.

Assim, é possível minimizar o impacto visual subjacente à desordem de conjunto, evidenciada pela localização de objetos implantados na paisagem, com diferentes escalas e texturas distintas, resultantes de formas e de cores muito diversificadas, alheias ao padrão paisagístico de contexto.

Não se pode ignorar a forte sensibilidade da paisagem envolvente, marcada por horizontes linearizados, com cenários profundos e abrangentes, a perdurarem numa dinâmica de perfis pouco acentuados, refletidos em silhuetas, simultaneamente uniformizadas e de grande transparência.

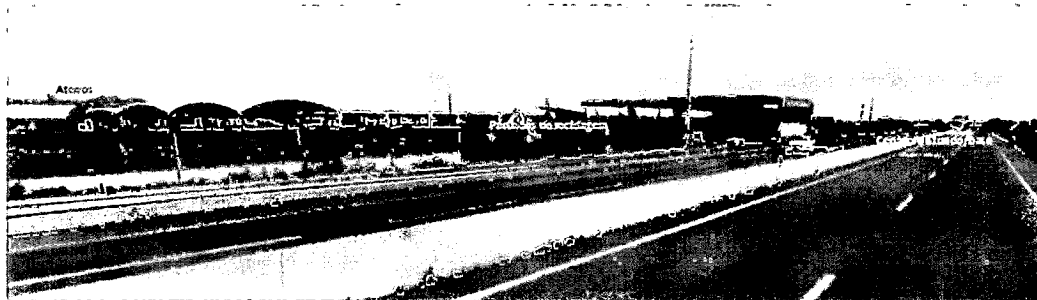
Este contexto de paisagem acaba por induzir, em relação à perceção dos objetos implantados, quadros de observação, com incidências em espaços próximos e distantes, que configuram os grandes planos oferecidos ao observador e que marcam a paisagem dominante no local do Parque.

Com a imagem da figura 4, cujo plano de observação, apesar de ser pouco elevado em relação ao nível da estrada, permite perceber o impacto que as intervenções têm em relação às linhas de horizonte, de curta, média e longa distância, e a sensibilidade face ao cenário de fundo, ou de base, que caracteriza a zona de inserção do Parque.

hna.
jm

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

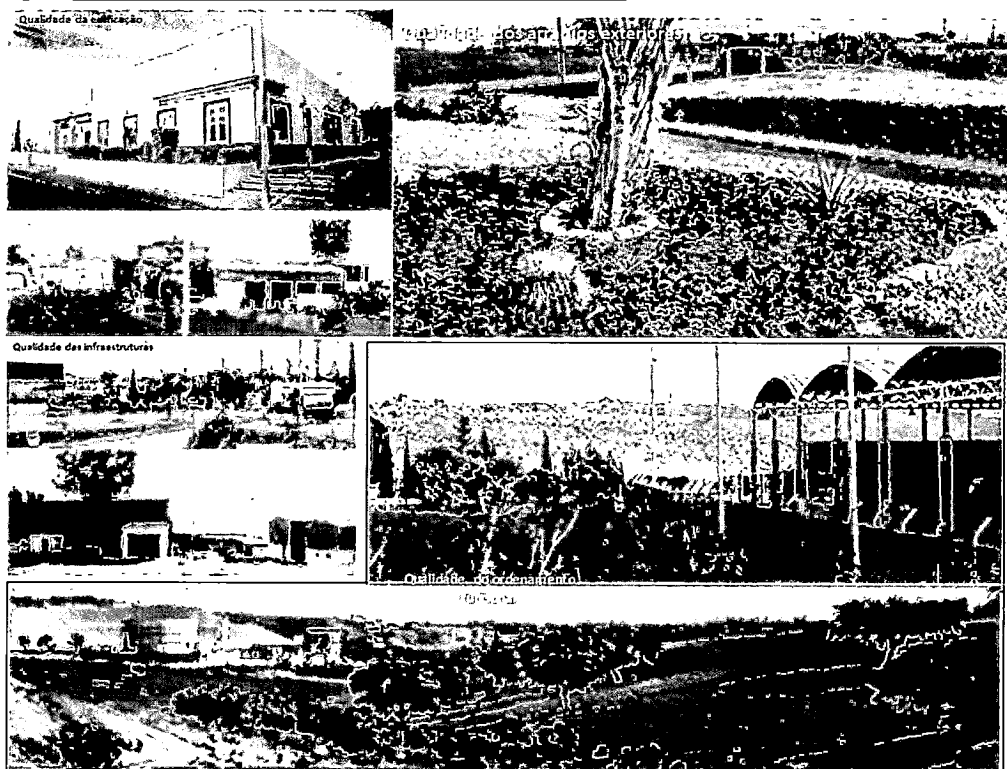
Fig.4 – Plano de observação nas imediações do Parque no sentido norte-sul do IP2



O segundo plano de observação está reportado a quadros de visualização mais restritos, focalizados numa relação espacial de proximidade e circunscrita, no essencial, ao recinto do Parque, onde se reflete principalmente a qualidade da edificação, das infraestruturas, do ordenamento funcional e dos arranjos exteriores do Parque.

Na figura 5 constam imagens sobre os âmbitos de natureza paisagística referenciados na zona de intervenção do Parque.

Fig.5 – Quadros de observação reportados ao recinto do Parque



Em relação à sensibilidade dos planos de visão a partir do IP 2 e dado que estão previstas medidas no plano, afigura-se importante referenciar que a implementação de soluções de minimização de impactes, a partir de cordões arbóreos / arbustivos, podem não se traduzir na seleção de volumes significativos, do ponto de vista do porte da vegetação a implantar, basta para o efeito apreciar a relação entre escalas de alguns volumes sobre ocorrências de objetos já registadas nas imediações do IP 2, como comprovam as imagens da figura 6.

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Fig.6 – Relação da escala volumétrica dos objetos implantados nas imediações do IP2



Por outro lado, a cortina também serviria para esbater a imagem de fundo associada à linha de horizonte, onde está patente na paisagem distante, em termos de perceção das texturas e dos padrões cromáticos, os aterros implantados nas áreas com relevo marcante.

FCD: Dinâmica socio económica

Atividades económicas e emprego

Criar um ambiente de negócios ativo para a iniciativa privada

Um dos argumentos que pesou no processo de planeamento recentemente desenvolvido, associado à alteração do PP, reportou-se ao reordenamento funcional dos espaços a afetar à deposição e tratamento de resíduos, que se traduz na desafetação de áreas destinadas ao processamento e reciclagem, enquanto atividades com características mais acentuadas de natureza industrial.

Face a esta perspetiva, a alteração de âmbito das atividades a instalar poderá, provavelmente, saldar-se na criação de um contexto empresarial, em princípio, propício ao incremento de um ambiente de negócios, que está ligado a atividades pouco intensivas na ótica da empregabilidade e menos qualificadas.

Esta realidade empresarial pode ter reflexos desfavoráveis em relação à intensificação da cadeia de valor e de geração de mais-valias, com incidências ao nível do reforço da base económica local e do aprofundamento de processos ligados à economia circular.

Por outro lado, esta tendência pode revelar igualmente um reforço da iniciativa privada na vertente do negócio da deposição de resíduos, inclusivamente consolidando a vertente de disponibilização, por parte do Parque Ambiental, de espaços para deposição de resíduos oriundos de zonas exteriores à região de influência dos municípios que integram a RA.

Esta função territorial, a consolidar-se, não pode ser propriamente referenciada, como inserida num setor gerador de impactes significativos, conducentes ao reforço da base económica local, por via da emergência de sinergias, que possam vir efetivamente a proporcionar o incremento e qualificação do tecido e da iniciativa empresarial da zona de intervenção da RA.

Aliás, em termos de estratégia de desenvolvimento regional, quer considerada globalmente para o Alentejo, quer enquadrada, em termos mais específicos, nas estratégias de desenvolvimento de âmbito concelhio, tomando como referência os municípios que integram a RA, importa referir que se desconhecem enquadramentos que reportem a deposição de resíduos, como um setor a incentivar com o propósito estratégico de reforçar este tipo de atividade, enquanto fator de promoção do desenvolvimento sustentável.

Deste modo, esta temática acaba por constituir um campo de avaliação relevante que merece ser abordado no âmbito do acompanhamento de execução do PP.

tda
m

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Potenciar a inovação

De acordo com a informação disponibilizada, em termos técnicos e tecnológicos, não se revela significativa a menção a qualquer processo de inovação. Em termos de perspetiva, com a reconversão dos espaços prevista na alteração do PP, provavelmente o enquadramento de inovação poderá ficar mais limitado.

Contribuir para o crescimento económico da região

De uma forma genérica, face ao desenvolvimento das atividades instaladas, no período de incidência do presente relatório não se registaram alterações significativas que pudessem impactar ao nível do reforço da base económica local.

Criar emprego

Segundo informações disponíveis, a tendência apurada aponta para um quadro tendente à consolidação da capacidade empregadora da entidade.

Educação e qualificação

Prestar um serviço de educação, sensibilização e divulgação ambiental na região

O serviço de educação, sensibilização e divulgação ambiental na região mantém-se, enquanto disponibilidade com carácter público, nomeadamente através de um site que envolve a divulgação nas redes sociais das atividades de carácter ambiental.

Contribuir para a educação e formação profissional, promovendo a qualificação do emprego

No âmbito desta vertente de acompanhamento, foi assegurada a prossecução de iniciativas de acordo com as necessidades formativas da entidade.

Serviços e equipamentos coletivos

Criar condições atrativas para os trabalhadores e visitantes

As condições não se alteraram de modo significativo no período de incidência do presente relatório.

Melhorar a rede de serviços e equipamentos da região

Neste domínio não se registaram alterações significativas.

B – Indicadores de monitorização e controle

Nas páginas seguintes são apresentados os quadros que compilam, de modo sintético, dados e informações sobre a situação de execução do PP.

No quadro 1 (Q1) são expostos os dados e as referências sobre o estado geral de execução do PP.

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Notas técnicas:

As referências de execução, por se reportarem à deposição e/ou a instalações, podem existir casos em que não se aplica, para estes e virtualidades deixar o campo em branco.
 No campo "Obs." tem o cabimento qualquer comentário que complemente a informação constante nas referências de execução. A ligação "[...]" destina-se a inserir novas linhas para a identificação dos trabalhos.

PP do Parque Ambiental do Montinho - Sistema de Acompanhamento, Controlo e Avaliação

Quadro geral de execução face às capacidades sinalizadas de deposição de resíduos ou instalação de atividades - 2023

Caracterização de ordenamento e ocupação funcional

Fase	Usos específicos	Breve descrição sobre a utilização e/ou perspetivas de implementação	Área de Implantação máxima A1 (m²)	Área de Implantação existente (m²)	Área de Implantação de reserva (m²)	Referências de execução				Obs.
						Capacidade Instalada	Capacidade Utilizada	Programação/datas início	Programação/datas Término	
Fase 1a										
A-PO 1	AGDS - Unidade de transferência de cadáveres da funerária	Sem descrição apresentada	787	380	380					
A-PO 2	CAGIA - Gaias / gaias intermunicipal de RESALENTEIO		1.354	551	812	275 animais	275 animais			
A-PO 3	RESALENTEIO - Unidade de produção de biogás		288	172	116					
A-PO 4	RESALENTEIO - Oficina		298	279	19					
A-PO 5	RESALENTEIO - Zona de lavagem e manutenção de veículos		489	489	0					
A-PO 6	RESALENTEIO - Zona de apoio / estacionamento		632							
A-PO 7	RESALENTEIO - Estação de triagem e ecoarroz		7.035	2.421	4.614					
A-PO 8	DOOMED - Unidade de transferência e criação de cadáveres de animais familiares / AMBIMED - Unidade de tratamento de resíduos biológicos		4.130	1.502	2.628	34 V/dia	10V/dia			
A-PO 9	AMBIGROUP - Centro de receção de resíduos de Buja		8.429	1.127	7.302	4325,1 t/ano	2535,6 t/ano			
B-PO 1	RESALENTEIO - Atoramento municipal		40.889	40.889	0	1060443m³	não informada	2001	2026	2026
B-PO 2	Área de expansão de atoramento - Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)		30.568	30.568	0					
B-PO 3	EXA-AMBIENTE - Atoramento de Resíduos Industriais Sólidos (AIRS)		55.845	10.520	45.325	870000m³	821851m³	2004	2034	2034
B-PO 4	Área de expansão de atoramento		49.319	49.319	0					
B-PO 5	Espaço para deposição de terra		7.068	7.068	0					
D-PO 1	Unidade de tratamento mecânico e biológico		13.869	13.869	0	20 ton/h	18 ton/h	2015	NA	NA
D-PO 2			7.372	3.798	3.574					Central de Tratamento Mecânico e Biológico Central Fotovoltaica
D-PO 3			7.403							Sem utilização
D-PO 4			7.431							Sem utilização
E-PO 1			5.081							Sem utilização
E-PO 2			1.755							Sem utilização
E-PO 4			1.767							Sem utilização
E-PO 6			1.768							Sem utilização
E-PO 8			1.825							Sem utilização
Fase 1b										
E-PO 5			1.755							Sem utilização
E-PO 6			1.767							Sem utilização
E-PO 7			1.767							Sem utilização
E-PO 9			1.824							Sem utilização
F-PO 1			4.229							Sem utilização
F-PO 2			4.234							Sem utilização
F-PO 3			4.234							Sem utilização
F-PO 4			3.446							Sem utilização
Fase 1c										
C-PO 1			1.782							Sem utilização
C-PO 2			4.776							Sem utilização
C-PO 3			16.628							Sem utilização
H-PO 1			16.947							Sem utilização
H-PO 2			13.847							Sem utilização
Fase 2a										
D-PO 5			7.454							Sem utilização
D-PO 6			7.855							Sem utilização
D-PO 7			5.738							Sem utilização
F-PO 5			4.319							Sem utilização
F-PO 6			4.320							Sem utilização
F-PO 7			4.320							Sem utilização
F-PO 8			4.022							Sem utilização
F-PO 9			3.600							Sem utilização
G-PO 1			33.960							Sem utilização
G-PO 2			18.813							Sem utilização
G-PO 3			13.425							Sem utilização
G-PO 4			8.388							Sem utilização
Fase 1a										
AD 1	Edifício administrativo da RESALENTEIO		679	391	288					
AD 2	Expansão do edifício de administração		691							
ATC	Áreas de reserva para infraestruturas técnicas comuns		4077							
PC	Áreas afetadas à Proteção Civil (posto de incêndio existente)		547	217	330					
EAP1	Espaços de Serviços e Equipamentos de Apoio ao Parque (regra edifício social existente)		560	206	354					
ETAR	Estação de tratamento de águas residuais (ETAR)		16.516							
PDRT	Portaria/Receção		95	37	68					
Fase 1b										
EAP2	Espaços de Serviços e Equipamentos de Apoio ao Parque - fase 1 (b)		7.906							
Fase 2a										
EAP3	Espaços de Serviços e Equipamentos de Apoio ao Parque - fase 2 (a)		5.164							
ETAR	Estação de tratamento de águas residuais (ETAR)		5.466							
Fase 2b										
	Área de reserva para expansão futura do Parque									
	Área verde de proteção 2									
PP	Centro de Manutenção e Interpretação Ambiental do Parque Ambiental do Montinho (serviço temático de parques ambientais)		645		611					
					155					

Notas técnicas:

Na coluna "Observações / Considerações gerais sobre a concretização de critérios e objetivos" é apresentada, quando possível, uma descrição prévia do conteúdo de execução para ser objeto de confirmação por parte da RESALENTEIO.

Q1 – Quadro geral de execução do PP

Handwritten marks:
 Tabela
 Im2

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

Critérios e objetivos de sustentabilidade			
FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Observações / Considerações gerais sobre a concretização de critérios e objetivos
Equilíbrio Ambiental, energia e riscos			
Estrutura Ecológica		Garantir a proteção dos ecossistemas e das espécies	Encontram-se implementadas medidas com vista a garantir a proteção dos ecossistemas e das espécies, designadamente o tratamento adequado das águas residuais, a monitorização do ar e ruído, proibição de caça, gestão do montado...
		Assegurar a existência de áreas permeáveis associadas às estruturas ecológicas mais diversificadas, nomeadamente as Optr por espécies autóctones, menos exigentes ao nível da manutenção	Na construção das infraestruturas do Parque garante-se a existência de áreas permeáveis de forma a garantir a proteção das estruturas ecológicas existentes. Opta-se por espécies autóctones.
		Contribuir para minimizar e prevenir os processos de erosão	Nas áreas não construídas opta-se por preservar e conservar a vegetação natural autóctone, de forma a evitar a erosão dos solos.
Atmosfera e ruído		Salvaguardar a qualidade do ar, controlando as emissões das pessoas industriais e de viaturas	Monitorização mensal de Emissões difusas do aterro
Eficiência energética		Gerir os níveis de ruído	Realização de Monitorização de Ruído
		Promover o uso racional e sustentável da energia	Painéis fotovoltaicos e solar térmico. Plano de substituição de iluminação para LED.
Riscos e proteção civil		Salvaguardar a segurança das pessoas e bens, garantindo as condições de resposta da proteção civil	Dispõe-se de medidas de autoproteção e de plano interno de segurança.
		Prevenir a ocorrência de incêndios florestais	Demarcação de espaços exteriores
		Diminuir o número de ocorrência de incêndios florestais e áreas ardidas	Não ocorreram até à data incêndios florestais no Parque e áreas contíguas
		Diminuir o número de ocorrência de incêndios/acidentes industriais	Encontram-se instalados meios de combate a incêndio adequados
		Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias e inundações	Não ocorreram até à data cheias e inundações
	Diminuir os efeitos resultantes de acidentes com matérias perigosas	Encontram-se implementadas as medidas adequadas de forma a assegurar os acidentes com matérias perigosas	
	Minimizar os riscos de acidente industrial, incêndio industrial ou florestal, cheia ou inundação e acidente com transporte de matérias perigosas	Encontram-se implementadas as medidas adequadas de forma a minimizar os riscos de acidente industrial, incêndio industrial ou florestal, cheia ou inundação e acidente com transporte de matérias perigosas	
Ordenamento do território			
Classificação e qualificação do solo		Definir para a área de intervenção usos de solo que se enquadrem na estratégia municipal e regional	As empresas instaladas no Parque Ambiental enquadram-se na estratégia nacional para a gestão de resíduos e de subprodutos animais, tendo abrangência regional.
Organização funcional		Otimizar a organização do espaço, tornando mais eficiente e gestão do Parque	As infraestruturas instaladas tiveram em consideração a otimização e organização do espaço.
Espaço público e rede de circulação pedonal		Crear espaços públicos qualificados	Existem espaços públicos qualificados.
Rede viária, estacionamento e acessibilidade		Promover os modos suaves para circulação interna do Parque	A circulação interna do Parque é feita maioritariamente a pé ou através de viaturas elétricas.
		Garantir a acessibilidade para cidadãos com mobilidade reduzida	As infraestruturas instaladas garantem a acessibilidade para cidadãos com mobilidade reduzida.
Linguagem construtiva		Dotar os circuitos viários de estrutura adequada às condições	Implementado
		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
Infraestruturas básicas e tratamento de águas residuais		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
Paisagem - componente cénica		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
Dinâmica socio económica		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
Atividades económicas e emprego		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
Educação e qualificação		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
Serviços e equipamentos coletivos		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado
		Implementar traçados adequados às características dos veículos pesados e dos veículos de socorro	Implementado

Q2 – Descrição sobre a execução na perspetiva do cumprimento de critérios e objetivos de sustentabilidade

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

FCO	Critérios	Indicadores	Unidades	Formas de medição	Frequência	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Obs.
Estrutura Ecológica	Estrutura Ambiental, energia e ruído	Número de exemplares de sobomero e sapinheira	m²	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Compromisso de betão de água drenada	m²	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Área permeável junto às zonas de água Pluvial de 10m cúbicos de água	m²	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Balço entre A. e B. de exemplares aboboados e A. e B. de exemplares aboboados de espécies Quercus ruber e Quercus ilex	m²	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Áreas de taludes repletas com vegetação	m²	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Atmosfera e ruído	Índice de qualidade do ar	-	CMH In-situ	Atual								
	Emissão de gases com efeitos de estufa pelas empresas	-	CMH In-situ	Atual								
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Distribuição das áreas de ruído no Parque Ambiental	dB	CMH In-situ	Atual	59 dB	59 dB	59 dB	59 dB	59 dB	59 dB	
		Índice médio de ruído na zona do PAM, por 100 de veículos	N, L	CMH In-situ	Atual	70 VL e 55 VP	70 VL e 55 VP	70 VL e 55 VP	72 VL e 42 VP	75 VL e 40 VP	80 VL e 41 VP	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Consumo de energia	kwh	CMH In-situ	Atual	916 183,82	819 073,71	1 089 183,27	1 149 062,33	959 823,01	1 052 331,07	
		Produção de energia a partir de fontes renováveis	kwh	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases			1 018 526,00	1 077 071,00	1 076 641,00	1 071 168,00	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Cobertura e condições das redes de acesso, incluindo a compatibilidade dos traçados com as condições de utilização do espaço e o número de indústrias existentes	-	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Número de acessos e paragens e o conjunto com o Parque de Banho e Serviço Municipal de Proteção Civil	1	CMH In-situ	Atual	0	0	1	2	5	2	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Número de ocorrências de acidente fluvial e recreativo para fins turísticos	0	CMH In-situ	Atual	0	0	0	0	0	0	
		Número de ocorrências de acidentes de trânsito	0	CMH In-situ	Atual	0	0	0	0	0	0	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Número de ocorrências de chamas ou inundação à área afetada	0	CMH In-situ	Atual	0	0	0	0	0	0	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Número de lotes encobertos em funcionamento	N, L	CMH In-situ	Atual	13	15	15	15	15	13	
		Realização e estado de avanço dos projetos empreendidos e o estado global previsto no plano	N	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Adequação do PAM ao plano de ordenamento municipal	-	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Área de espaço público qualificado	m²	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Compartimento de parques pedonais com largura mínima de 1,2m, pavimento em condições de utilização	m²	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Disponibilidade de áreas de estacionamento para os recursos pedonais para os visitantes do Parque	N, L	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Proporção de visitantes que usam o transporte individual de empresa para se deslocar aos serviços/empresários cobertos do Parque	N, L	In-situ	Atual	88	87	118	124	147	138	
		Estado de conservação dos pavimentos rodoviários	Médio	CMH In-situ	Atual							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Compartimento dos visitantes com as características dos veículos turísticos e dos veículos de acesso	N, L	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Número de lugares de estacionamento existentes	N, L	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Número de táxis habilitados que usam o transporte coletivo para se deslocar e para estacionamento em áreas de estacionamento (a partir do Parque)	0	CMH In-situ	Atual							
		Cobertura e frequência de Linhas de autocarro existentes para os operadores com a concessão municipal ou pelos empresários do Parque	0	CMH In-situ	Atual							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Condição atual do espaço edificado do Parque Ambiental	-	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Adequação das infraestruturas e necessidades das atividades previstas	-	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Eficiência das redes de infraestruturas	Boa	CMH In-situ	Atual							
		Número de indústrias existentes	N, L	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Consumo de água potável, por ano	m³	CMH In-situ	Atual	12471,14 m³	12656,64 m³	14221 m³	18557 m³	18619 m³	18837 m³	
		Proporção do volume anual de água residual que é tratado no Parque	N	CMH In-situ	Atual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Proporção de volume anual de água residual que é depurada e reciclada	N	CMH In-situ	Atual	0,00%	0,00%	0,10%	0,20%	0,20%	0,00%	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Volume total de resíduos tratados no Parque, por tipo de resíduo e por destino	ton	CMH In-situ	Atual	D1 = 90549,8 D2 = 1226,7 D3 = 216,8 D4 = 0,0 D5 = 2168,8 D6 = 11482,2 D7 = 42824,7 D8 = 26591,7	D1 = 77480,1 D2 = 1608,5 D3 = 321,3 D4 = 0,0 D5 = 5532,2 D6 = 9498,8 D7 = 39252,9 D8 = 20256,1	D1 = 49048,6 D2 = 2332,9 D3 = 312,3 D4 = 19496,5 D5 = 1274,8 D6 = 3191,1 D7 = 51281,0 D8 = 15184,3	D1 = 45971,6 D2 = 2328,6 D3 = 140 D4 = 31317,2 D5 = 2967,8 D6 = 1400,1 D7 = 61258,0 D8 = 154,7	D1 = 41232,8 D2 = 2796,3 D3 = 42212,0 D4 = 4232,8 D5 = 2766,2 D6 = 8137,8 D7 = 256,5	D1 = 12311,564 D2 = 2,45 D3 = 21937,655 D4 = 10412,102 D5 = 132,18 D6 = 1562,580 D7 = 8448,090 D8 = 24077,204	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Balço entre o A. e B. de exemplares aboboados e o A. e B. de exemplares aboboados de espécies aboboados com função clássica	N	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
		Balço entre o A. e B. de exemplares aboboados e o A. e B. de exemplares aboboados de espécies aboboados e arbustivos adaptados à rede viária	N	CMH In-situ	Após execução 1.ª e 2.ª fases							
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Número de empresas beneficiadas no Parque	6	CMH In-situ	Atual	6	6	6	6	6	6	
		Perdas de trabalho	138	CMH In-situ	Atual	58	87	133	124	147	147	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Porcentagem de utilização dos serviços de manutenção de ciclo de vida (CMH 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75)	0	CMH In-situ	Atual							
		Número anual de visitas ao Parque no âmbito de atividades ambientais	0	CMH In-situ	Atual	270	376	0	0	500	1052	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Número anual de participantes em ações de formação, programas de reconhecimento/releituração de competências, ensino formal ou outros programas formativos/educativos	0	CMH In-situ	Atual	-	-	0	0	0	0	
		Satisfação dos trabalhadores e visitantes do Parque face aos equipamentos e serviços do parque	Boa	CMH In-situ	Atual	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	
Estrutura Energética	Estrutura Energética	Número de equipamentos/parques e caminhos (com fins recreativos)	0	CMH In-situ	Atual							
		Nº de equipamentos comuns (para fins recreativos) instalados	0	CMH In-situ	Atual							

Q3 – Dados relevantes para apuramento do estado de execução do PP referenciado aos Fatores Críticos de Decisão

tudo,
hm

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

5. CONCLUSÕES/PROPOSTAS RESULTANTES DA 2ª SITUAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Com base no referencial conclusivo do relatório precedente, destacam-se dois tipos de considerações: o primeiro, estabelecido a partir dos aspetos diretamente relacionados com os âmbitos contidos no conjunto de propostas, incluindo as medidas executadas; o segundo, reportado às intervenções e às respetivas implicações ao nível da concretização prática dos objetivos do PP.

Considerações inseridas ao nível das propostas e medidas

O âmbito de intervenção relacionado com os arranjos paisagísticos e as zonas verdes de proteção e de enquadramento, enquanto componentes, primária e terciária, da estrutura ecológica local, continua a integrar um conjunto de questões que merecem ser aprofundadas, dado que estão “[...] abordados no PP com um detalhe adequado aos objetivos estabelecidos, servindo de referência ao conjunto de propostas apresentadas”². Neste sentido, afigura-se importante retomar as intervenções nestes domínios, por forma a melhorar os níveis de qualificação do Parque. Assim, é relevante referir que, face ao quadro de execução reportado no relatório anterior, se esperavam intervenções mais consistentes e desenvolvidas neste período de realização do PP.

Outra questão detetada, que foi colocada pela RA, relaciona-se com as dificuldades no ordenamento de uma linha de água, tendo este assunto merecido a devida atenção, que se traduziu no lançamento de um processo de alteração do PP, em curso no período em análise, para dar resposta às pretensões da entidade.

A reafecção de parte dos lotes destinados à instalação de novas indústrias do ambiente para a implantação de aterros sanitários e respetivas infraestruturas associadas, constituiu outra questão colocada, fundamentada pela necessidade de ajustar a oferta do espaço e serviços do Parque à procura, num mercado cujas tendências estão em franca evolução.

Pelas razões evocadas no ponto anterior, deixa-se a indicação que este tema merece ser objeto de uma avaliação específica, no âmbito do trabalho de acompanhamento que é necessário realizar para a elaboração do próximo relatório.

Considerações sobre conteúdos de intervenção com implicações ao nível da concretização prática dos objetivos do PP

Sobre esta área temática mantém-se, em traços gerais, a perspetiva de intervenção referenciada no relatório anterior, exposta no ponto alusivo às conclusões da 1.ª monitorização.

Assim, considera-se que, tendo em conta a dimensão das áreas ocupadas pelos aterros e a duração do período de exploração, é conveniente privilegiar, como opção de ocupação do espaço a afetar no âmbito da execução do PP, a implementação de medidas de organização e de gestão do espaço de deposição dos resíduos, que passe pela adoção de um quadro de ordenamento funcional assente em unidades alveolares de menores dimensões.

Esta solução pode permitir a minimização de eventuais impactes negativos, resultantes do tempo que medeia entre o início da utilização até à selagem dos espaços, por representar um período significativamente mais curto de utilização, em função das dimensões dos alvéolos.

² Fonte: Ponto 5 – “CONCLUSÕES/PROPOSTAS RESULTANTES DA 1ª MONITORIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL” (Relatório de Acompanhamento)

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

A equipa de acompanhamento do PIER.



/Madalena Revez/



/Miguel Quaresma/

Beja, 28 de outubro de 2024

2.º Relatório de avaliação e controlo do Plano de Pormenor do Montinho

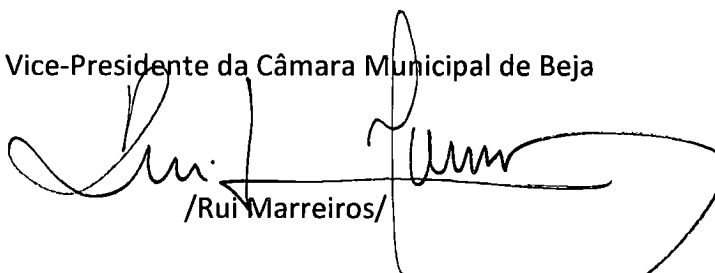
102.

102

Termos de aprovação do relatório

Apreciado o conteúdo da informação apresentada pela equipa técnica da Câmara Municipal, aprovo o 2º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E CONTROLE do **PLANO DE PORMENOR DO MONTINHO**.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Beja



/Rui Marreiros/